

**MACHADO DE ASSIS. UMA LEITURA
DA HISTÓRIA DA ESCRAVIDÃO**

CONFORTO, Marília¹

¹ Docente do PPG Mestrado em Letras e Cultura Regional e do Departamento de História e Geografia da Universidade de Caxias do Sul. Doutora em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul- UFRGS. Mestre em História do Brasil- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC. E-mail: mc.14@terra.com.br

RESUMO: O artigo analisa o conto Pai contra mãe de Machado de Assis como uma leitura da história da escravidão. A análise procura evidenciar a literatura como uma fonte de leitura da história.

PALAVRAS-CHAVE: Literatura, História, História da Escravidão.

ABSTRACT: This article examines the story against Father mother of Machado de Assis as a reading of the history of slavery. The analysis seeks to show literature as a source of reading of history.

KEYWORDS: Literature, History, History of Slavery.

A leitura da história utilizando como fonte documental o texto literário tem sido nosso objeto de pesquisa. Nesse artigo abordaremos a história da escravidão no conto de Machado de Assis, que tem o título: Pai contra mãe, escrito em 1908. Através da análise da narrativa procuraremos demonstrar como trabalhamos a literatura como fonte histórica. Para alguns pesquisadores, a literatura difere da história na maneira como narra os acontecimentos, mas não são excludentes. A literatura é, antes de tudo, arte. Ela não constitui uma fotografia ou reprodução simples do mundo externo. O escritor – através da figura do narrador – trata o material empírico que vai compor o romance de forma não passiva. Ele não utiliza os fatos como se fossem apenas dados sociais e psíquicos em estado informe e bruto; tampouco utiliza a razão como um filósofo ou cientista. (SANTOS, 1990:13)

A atividade artística não possui comprometimento com o rigor do registro científico. Ela descompromete-se com a exatidão dos acontecimentos que a inspiraram, misturando eventualmente fatos históricos com acontecimentos fictícios. Ela não tem a pretensão de formular um conhecimento objetivo, que é função da história. Peter Gay, refletindo sobre o estilo na história, escreveu que “a verdade é um instrumento opcional da ficção, não sua finalidade essencial”. E, mais adiante, definiu que o notável, “na ficção, enquanto se diferencia da história, não são seus limites, mas sim sua liberdade” (GAY, 1990:172). Em nosso trabalho essa “liberdade” passa pela identificação de momentos em que o discurso literário desloca o discurso político da escravidão para o âmbito

da ficção. Lembramos que, por ser ficção, a literatura produz de forma muito mais livre discursos que, no campo político e religioso, certamente seriam cerceados pelo poder vigente, no caso, a corte do Brasil Imperial.

A história desenvolveu-se como ciência durante o século XIX. A discussão científica nesse momento estava ligada ao desenvolvimento dos métodos de investigação, do estudo das fontes e crítica dos documentos. Isso representou um grande avanço metodológico para essa ciência. Até então, a escrita da história aproximava-se do fazer literário, já que constituía uma longa descrição de feitos heróicos de grandes personagens e do ocaso das principais civilizações. A coerência interna desse discurso era grandemente literária.

O historiador, narrador do texto histórico, deveria desaparecer por detrás do fato histórico descrito, tornando-o coletivo. É como se a matéria narrada tivesse autonomia. Quanto menos o narrador interferisse, mais verdadeiro apareceria o narrado ao leitor. O “Eu” individual, com determinação particular, transforma-se no “Eu” genérico, que expressa e transmite a experiência humana. No passado, mesmo se diferenciando a questão do tipo de narrador e da forma de narrar, a história e a literatura não se distanciavam.

Analisando as relações entre história e literatura, Freitas (1986) lembra que o historiador, ao abordar uma realidade, escolhe uma evidência. Ao selecionar arbitrariamente os fatos utilizados, ele também define a localização do narrador. É apenas a partir daí que o historiador estabelece suas deduções e interpretações. Para Chiapinni e Aguiar (1993) momento em que escolhe a realidade a ser descrita, aproxima-se do ficcionista, que arbitra o narrado. Apesar de algumas diferenças, estariam ligadas à origem das palavras – história e literatura que se aproximam como formas de linguagem.

Palavras como “imaginação”, “seleção”, “organização” e “imitação das ações humanas” estão presentes no fazer literário e historiográfico. Consideramos que o ponto de partida para esse fazer tanto literário como histórico são os acontecimentos do mundo real. É a partir dele que a imaginação do

historiador; e as do ficcionista narram, procuram conhecer, em ambos os casos, a alma e a vida humana. Sendo o mundo real o “alimento” da imaginação do historiador e do ficcionista, o estudo do ato de narrar a escravidão, objeto de nossas pesquisas, responderá a questões como os diferentes discursos sobre a instituição escravista, sobre a mão-de-obra escrava e outros aspectos sociais e econômicos.

Nosso trabalho de pesquisa não tem visado à escolha entre história ou literatura, mas sim o cruzamento de ambas para a contribuição da construção do conhecimento sobre nossa própria história nas instâncias político, econômica e social. Essa reflexão considera o fazer literário e o fazer historiográfico como espaços em que a história e a ficção acontecem. Constatamos que tanto a história como a literatura tem procurado reivindicar o *status* de produtoras do conhecimento verdadeiro. A literatura se defende utilizando a justificativa de que, assim como a história, ela elege o assunto a ser focado e o narrador conduz a construção do discurso. Seu objetivo é o de desvelar para o leitor todos os meandros da alma humana. A história, por sua vez, ao escolher o fato que será narrado muitas vezes, possui um conhecimento limitado de uma batalha, uma morte ou a assinatura de um tratado. Tudo o que compõe o episódio que será narrado é construído pelo narrador-historiador que, diferentemente do narrador-ficcionista, procura desaparecer atrás do narrado, dando ao seu texto um cunho científico e, portanto, verdadeiro. Outras discussões elegeram a forma de narrar entre a história e a literatura como a diferença entre ambas.

Nesta reflexão, acreditamos que mais importante do que definir as diferenças ou eleger a literatura ou a história como parâmetros para o conhecimento, é fundamental reconhecer que ambas como patrimônio cultural e, segundo Lucas (1982), a literatura e a história desempenham o papel de memória coletiva de signos lingüísticos elaborados no seio de uma comunidade. A influência das idéias positivistas e o método de análise empregado pela biologia muito contribuíram para a importância que o método de análise científica

alcançou naquele momento. Isso levou a história a se proclamar como “ciência autêntica”, conquistando sua autonomia frente à literatura. Tanto a literatura como história guardam a memória coletiva de um povo. Essa memória coletiva também traz consigo relações sociais e de poder. E é justamente a relação de poder, de dominação, que se quer enfatizar, pois essa memória coletiva registrada tanto pela história quanto pela literatura recebeu as influências das instâncias de poder e dominação.

Ao longo de nosso trabalho de pesquisa da historiografia da escravidão através da leitura do texto literário concluímos que o texto ficcional permite a análise da figura do cativo-personagem. Essa análise torna-se representativa do discurso sobre a escravidão e sobre a personagem escrava porque foram escolhidos textos escritos ao longo do século XIX. A convivência, escritor com a instituição escravista possibilitou analisar o deslocamento para o espaço ficcional das tensões, das discussões e dos estereótipos que a instituição escravista gerou na sociedade brasileira. Comprovamos a hipótese que tem norteado nossas pesquisas, de que a representação da personagem escrava foi produto do cruzamento entre a literatura e a história. A personagem escrava foi construída a partir da “imagem” que se tinha dela em âmbito social. O texto ficcional, apesar de criticar a instituição escravista, viu-se limitado pelo poder inquestionável da elite escravocrata. A narrativa, embora sofrendo um cerceamento por parte das elites dominantes, encontrou formas de expressar suas críticas sobre a questão escravista, sobretudo através do chamado romance-tese. O estereótipo marcou, de forma negativa a expressão literária sobre o escravo, verificando-se também, no texto literário, a força do preconceito, que se fez presente da mesma forma nos discursos jurídicos, jornalísticos, religiosos e políticos.²

A utilização da literatura na nossa prática pedagógica tem levado os alunos a concluírem que a leitura e reflexão, em

2 Sobre o tema conferir: CONFORTO, Marília. **Faces da personagem escrava**. Caxias do Sul: EDUCS, 2002.

conjunto dos textos literários e historiográficos não são antagonísticos. Ao contrário complementam-se e revelam aspectos importantes da construção da história e do discurso não só sobre a escravidão, mas da história e discurso nos níveis políticos, econômicos e sociais. Na literatura, podemos ler as fissuras, as contradições, as ambivalências e a crueldade que muitas vezes o texto historiográfico com um discurso “científico” unifica. A análise da ficção como um espaço onde a história acontece, constitui uma abordagem dos temas históricos contribuindo para a construção do conhecimento histórico.

PAI CONTRA MÃE

Escrito por Machado de Assis em 1908, a questão da escravidão é analisada sob o ponto de vista da memória. Uma vez que a escravidão foi abolida em 1888, a narrativa da captura de uma escrava fugida, mesmo do ponto de vista da memória, reconstrói o universo da instituição escravista que marcou a história do Brasil colônia e Império (ASSIS, 1997). Machado de Assis introduz o leitor contemporâneo no universo cruel da escravidão. O conto inicia com a descrição dos instrumentos utilizados pelos senhores para submeterem a escravaria ao trabalho feitorizado. O narrador finaliza a descrição dos instrumentos com uma constatação: “era grotesca tal máscara, mas a ordem social e humana nem sempre se alcança sem o grotesco, e alguma vez o cruel” (ASSIS, 1997:249). A conclusão ratifica a idéia já amplamente discutida na historiografia, que é a crueldade do sistema escravista. Assim como o trabalho escravo movia a economia brasileira desde a época de sua descoberta, a força, a submissão dos africanos e a crueldade eram pilares para a sustentação da dominação política e econômica dos escravocratas.

Para os leitores do momento da escritura do conto, que só conheceram a escravidão através dos depoimentos dos milhares de ex-escravos, o narrador esclarece o empenho em recapturar o cativo fujão. Um escravo fugido, principalmente

nos últimos cinquenta anos da escravidão, representava um grande prejuízo para os senhores. Isso justificava, segundo ele, os anúncios publicados em jornais contendo minuciosas descrições sobre o traje e o físico dos cativos. Mas o mais importante é que o ofício de capitão do mato só era exercido por pessoas que realmente se encontrassem em uma situação econômica desesperadora, como era o caso do personagem Cândido Neves, ou Candinho, em família. Segundo o narrador: “ninguém se metia em tal ofício por desafio ou estudo; a pobreza, a necessidade de uma achega, a inaptidão para outros trabalhos, o acaso, e alguma vê o gosto de servir também, ainda que por outra via, davam o impulso ao homem que se sentia bastante rijo para pôr ordem na desordem” (ASSIS, 1997:50).

Sobre a questão do trabalho verificamos nesse conto o que a literatura do século XIX, utilizando a ironia como uma forma de crítica, já denunciava: a dificuldade do trabalho livre em uma sociedade escravista. Candinho experimentara várias profissões e em nenhuma delas obteve sucesso. Na verdade, a falta de sorte de nosso personagem é que o trabalho que não fosse o de administrar terras e escravos não era bem visto na sociedade brasileira da época, uma vez que todo o trabalho manual era exercido por mãos cativas. Não só a literatura ficcional, mas a literatura dos viajantes e a própria historiografia apontam o constrangimento, do homem pobre livre que não possuía um único escravo para viver de seu trabalho e deveria ele mesmo prover seu próprio sustento. Mas mesmo o ofício de capitão do mato não enriquecera Candinho. Pelo contrário, “os lucros entram a escassear. Os escravos fugidos não vinham já, como dantes, meter-se nas mãos de Cândido Neves” (ASSIS, 1997:253).

Com o dinheiro escasso, o senhorio batendo à porta para cobrar o aluguel devido e a esposa grávida, Candinho se viu forçado a aceitar o conselho da sogra que sugeria que a criança ao nascer fosse entregue à roda dos expostos. Candinho fizera de tudo para não ter que aceitar o triste fim para o filho tão desejado. Mas a cruel realidade batia-lhe à porta, ele que

conseguira algum dinheiro com a escravaria fugida agora era escravo do destino que lhe reservava tamanha infelicidade. E é justamente esse sentimento de perda, o amor pelo filho que o narrador demonstra a torpeza e crueldade do sistema escravista. O texto ficcional constata o que a historiografia da escravidão já registrara: a coisificação do cativo africano, a sua desumanização. O escravo era um instrumento de trabalho e para muitos era uma espécie de macaco com um pouco de inteligência. Essa visão de instrumento de trabalho ou um animal era comum nos textos e no pensamento da sociedade do século XIX. Não tendo alternativa, Candinho toma o filho, um menino, como desejava o casal e o leva em seus braços para a roda dos expostos. No meio do caminho ele vê uma escrava que corresponde à descrição de uma negra fugida pela qual seu senhor oferecia uma grande soma em dinheiro, segundo acabara de lhe informar o farmacêutico. Ele deixa o filho como o dono da farmácia e corre em direção da mulata fujona.

Ao chegar perto tem certeza de que é ela a escrava fugida. Chama-a pelo nome, Arminda ela se volta e quando pensa em fugir já está amarrada e sendo arrastada como um grande e pesado fardo por Candinho. Mesmo sob a súplica da escrava, que dizia: “- Estou grávida, meu senhor! Exclamou. Se vossa senhoria tem algum filho, peço-lhe por amor dele que me solte; eu serei sua escrava, vou servi-lo pelo tempo que quiser. Me solte, meu senhor moço!” (ASSIS,1997:257) Arminda não sabia, que o senhor tinha um filho e justamente por não querer perdê-lo é que aprisionara a mulata. O ofício de capturar escravo era aceito sem questionamento pela sociedade, mesmo que o cativo fugido alegasse maus tratos do senhor. É o que constatamos nessa passagem: “houve aqui uma luta, porque a escrava, gemendo arrastava-se a si e ao filho. Quem passava ou estava à porta de uma loja compreendia o que era e naturalmente não acudia. Arminda ia alegando que o senhor era muito mau, e provavelmente a castigaria com açoites, - coisa que, no estado em que ela estava, seria pior de sentir. Com certeza, ele lhe mandaria dar açoites” (ASSIS,1997:257).

Candinho chega à casa do senhor e entrega a cativa que caíra no corredor. Ali mesmo o senhor lhe paga a recompensa, cem mil réis. Candinho guarda as duas notas de cinquenta réis e ainda assiste a um triste espetáculo. A escrava, “no chão, onde jazia, levada do medo e da dor e após algum tempo de luta a escrava abortou” (ASSIS, 1997:257). A criança nascera morta. Quanto a Candinho, correu para a farmácia para buscar o filho que não seria deixado na roda dos expostos. Quando chega em casa com o filho nos braços, conta à esposa e à sogra a sua aventura. Da sogra ouvira, “algumas palavras duras contra a escrava, por causa do aborto, além da fuga. Cândido Neves, beijando o filho, entre lágrimas verdadeiras, abençoava a fuga e não se lhe dava o aborto.” Entre lágrimas, num último pensamento: - Nem todas as crianças vingam, bateu-lhe o coração” (ASSIS, 1997:258). Essa frase encera o conto, e com ela as lembranças cruéis da escravidão.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Machado de. *Os melhores contos de Machado de Assis*. Seleção: Domício Proença filho. 1ª ed. São Paulo: Global, 1997.

CHIAPPINI, Lígia & AGUIAR, Flávio Wolf de. (orgs.) *Literatura e História na América Latina. Seminário Internacional*. Trad. J.R Ferraz (espanhol). I.D. Rabello e S. Vasconcelos (francês) São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.

FREITAS, Maria Teresa de. *Literatura e história: o romance revolucionário de André Malraux*. São Paulo: Atual, 1986.

GAY, Peter. *O estilo na história: Gibbon, Ranke, Macaulay, Burckhardt*. Trad. D. Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

LUCAS, Fábio. “Literatura e história: história da literatura”. *Revista Letras*. São Paulo. n. 22, 1982.

SANTOS, Francisco Venceslau dos. *Autoritarismo e solidão: o roteiro da conciliação. Esboço crítico para uma teoria do mandonismo na literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.